



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada ao**  
2 **quatorze dia de março de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais  
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. José Carlos explicou que o Sr. Porsani,  
4 presidente do Conselho Municipal de Saúde havia justificado sua ausência, por questões de  
5 saúde. Explicou que não fora votado, na primeira reunião da Comissão Executiva o seu  
6 coordenador, sendo, portanto, necessário que o pleno do CMS nomeie um conselheiro para  
7 assumir interinamente as funções de presidente. O Sr. Mariante se candidatou a assumir a  
8 presidência interina, sendo aceito por todos os presentes. Abriu a reunião, realizando a  
9 leitura das pautas da reunião, sendo: **I. Informes; II. Votação da ata de 25 de janeiro; III.**  
10 **Apresentação, discussão e deliberação sobre o aditamento dos convênios entre a**  
11 **Secretaria Municipal de Saúde e as Casas de Apoio, vinculadas ao Programa Municipal**  
12 **DST/AIDS; IV. Apresentação, discussão e deliberação sobre a prestação de contas da**  
13 **Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 4º trimestre de 2011 e acumulado de janeiro à**  
14 **dezembro.** O Sr. José Carlos solicitou a presença de um conselheiro usuário para compor a  
15 Mesa Diretora, sendo escolhido o Sr. João Xavier. **I. Informes:** a Sra. Maria Cristina falou  
16 sobre a situação do Pronto Atendimento Centro, onde esteve à tarde, com uma situação de  
17 calamidade pública, com pacientes tomando água da torneira, banheiros imundos, pacientes  
18 que estão separados somente por um biombo e muitas paredes com bolores e fungos.  
19 Solicitou que os conselheiros atuantes do centro lutem para melhorar a situação da unidade.  
20 A Sra. Alóide, do CETS, sendo um dos papéis do serviço cuidar da integração ensino-serviço.  
21 Explicou que a Secretaria Municipal de Saúde tem vários convênios com instituições de  
22 ensino para que estas realizem estágios nas unidades básicas de saúde. Falou sobre o  
23 cuidado e a preocupação com o enfoque na formação de profissionais com perfil para  
24 trabalhar no SUS. Informou que está sendo trabalhados dois projetos de reformas  
25 curriculares, dando continuidade a um processo que já vem ocorrendo desde 2003, em  
26 convênio Pró-Saúde com a UNICAMP. Falou que a meta é ter a reforma de todos os cursos  
27 da saúde. Explicou que existe um projeto, em parceria com a UNICAMP e com a PUCAMP,  
28 que será apresentado na próxima reunião para apreciação e deliberação pelo CMS. O Sr.  
29 Gerardo falou sobre a Campanha da Fraternidade, que envolve a saúde pública, com a  
30 realização de muitos eventos, sendo que pedem aos centros de saúde para abrirem suas  
31 portas para o debate. Convidou para, neste domingo, dia 18 de março, em frente à escola  
32 estadual Geny Rodrigues, ocorrerá uma caminhada, terminando com uma missa em frente  
33 ao Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. Falou que a caminhada é em defesa à saúde e à vida.  
34 Convidou a todos os interessados para planfletagem, amanhã, na frente do hospital. Falou  
35 que o debate tem a intenção de dialogar com a CNBB, particularmente no estado de São  
36 Paulo, para trabalhar três questões importantes, sendo “ver”, “julgar” e “agir”. Apontou que  
37 as ações deverão ocorrer durante o mês de abril, voltando a discutir as questões do  
38 financiamento do SUS, do controle social e de uma Lei, que já existe um embrião, que é um  
39 contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal. A Sra. Juliana falou sobre o manifesto do  
40 Fórum Popular de Saúde, que foi fundado há pouco tempo, sendo que a próxima reunião



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



41 será no dia 03 de abril, às 19:30 horas, na sede da intersindical. Falou sobre as faltas que os  
42 profissionais vêm sentindo, em relação a insumos. Cobrou a Comissão Executiva da  
43 solicitação de pauta, pois as faltas de insumos e materiais de atendimento têm ficado cada  
44 vez pior. Relatou que existia somente um equipo na unidade toda. Falou que os Prontos  
45 atendimentos estão usando equipos de bombas de infusão, pois não existem equipos  
46 normais. Falou que a lista de insumos que faltam está cada vez maior, sendo que isto  
47 complica o atendimento. A Sra. Teresita reclamou do procedimento de eleição ocorrido no  
48 CAPS Integração e solicitou que seja revista a Comissão Eleitoral, que não está em bom  
49 funcionamento, acarretando algumas solicitações de impugnações de eleições. O Sr.  
50 Mariante convidou a Sra. Ivanilde para representar os conselheiros gestores na Mesa  
51 Diretora. O Sr. Armando convidou para panfletagem em defesa à saúde, que ocorrerá no  
52 próximo dia 07, em frente à catedral. A Sra. Ivanilde respondeu a Sra. Juliana que existe uma  
53 série de projetos juntos ao Ministério da Saúde, solicitando a aquisição de novos  
54 equipamentos. Ressaltou que os equipamentos na área da saúde ficam obsoletos e estragam  
55 rapidamente, pelo uso e pela velocidade de lançamentos. Explicou que alguns insumos são  
56 adquiridos em comodato, para uso específico em equipamentos. Sugeriu que as compras de  
57 insumos fossem pautadas e discutidas no CMS. O Sr. Mariante apontou que esta questão  
58 seja trazida logo para discussão no CMS, devendo a Comissão Executiva pautar essa  
59 discussão. O Sr. José Carlos informou sobre o convite para o debate “Qual o melhor modelo  
60 para gestão pública do Complexo Hospitalar Ouro Verde”, que será realizado no dia 20 de  
61 março, no Salão Vermelho. Explicou que ocorrerão vários debates com todos os Distritos de  
62 Saúde para fornecer subsídios para a reunião do pleno, que deverá decidir essa questão.  
63 Informou sobre o convite, feito pelo Gabinete do Prefeito, para a discussão sobre orçamento  
64 municipal. O Sr. Mariante falou sobre a audiência pública da Comissão dos Direitos  
65 Humanos, sobre a questão dos moradores de rua. Informou que a audiência fora adiada, por  
66 questões de conflitos de agendas dos palestrantes. Apontou que a audiência vem sendo  
67 pensada para o próximo mês. **II. Votação da ata de 25 de janeiro:** o Sr. José Carlos  
68 questionou se existia alguma consideração sobre a ata, onde nenhum conselheiro se  
69 manifestou. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a ata de 25**  
70 **de janeiro**, com 03 (três) abstenções. **III. Apresentação, discussão e deliberação sobre o**  
71 **aditamento dos convênios entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Casas de Apoio,**  
72 **vinculadas ao Programa Municipal DST/AIDS:** a Dra. Cláudia Barros, coordenadora do  
73 Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas, apresentou o aditamento, nos convênios das  
74 casas de apoio. Explicou que os convênios vencem em julho de 2012, porém foi aprovada  
75 uma nova portaria, no final de 2011, sendo em cima desta portaria a solicitação de  
76 aditamento dos convênios. Explicou a diferença de casas de apoio tipo I e tipo II. Explicou  
77 que o Grupo Amizade possui uma taxa de ocupação de 54%, o Grupo Vida possui uma taxa  
78 de ocupação de 83%, a Morada Amor e Luz possui uma taxa de ocupação de 48%; sendo os  
79 valores finais para o Grupo Amizade, no montante de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais),  
80 para o Grupo Vida, no montante de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para o Grupo



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



81 Morada Amor e Luz, no montante de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), totalizando o  
82 valor máximo de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). Explicou que o Ministério da Saúde  
83 paga pelo máximo de pacientes, enquanto que o município paga por produção, ou seja, paga  
84 somente quando existe paciente internado na casa de apoio. Abertas as falas, o Sr. Xavier  
85 falou que teve oportunidade de visitar uma das casas, com um contrato previsto para 30  
86 (trinta) pessoas, sendo que existiam somente dezesseis ou dezessete usuários. Afirmou que  
87 existiam uns três ou quatro acamados, não vendo nenhum enfermeiro acompanhando os  
88 pacientes. Ressaltou que tiveram problemas em obter informações e receberam uma  
89 informação de que muitos usuários trabalhavam durante o dia e somente pernoitavam na  
90 casa. Questionou se o repasse do Ministério da Saúde é fixado para cobrir o aluguel e se o  
91 repasse da PMC é para pagar o morador. Defendeu que o Conselho Fiscal de Saúde deve ter  
92 autonomia para acompanhar a prestação de contas das casas. O Sr. Gerardo falou que a Sra.  
93 Marlene solicitou ajuda do CMS, para montar uma comissão para acompanhar e visitar as  
94 casas de apoio e que ocorra uma conversa de como são feitas as prestações de contas. Falou  
95 que a Sra. Marlene afirmou que sua opinião é que as casas são precárias, mas são  
96 necessárias, não sendo possível abrir mão destes serviços, com uma disposição de  
97 acolhimento muito boa. Falou que é um tema que exige muito, pois é o mesmo caso  
98 parecido com a limpeza social, sendo parecido com outros casos que vem ocorrendo, devido  
99 ao preconceito dos modelos da sociedade e da marginalização de algumas pessoas. Falou  
100 que Campinas segue o padrão de preconceito das outras cidades. Defendeu que seja  
101 realizado um trabalho de acompanhamento e tratamento, do ponto de vista do profissional,  
102 em relação ao acolhimento destes usuários, trabalhando sem nenhuma discriminação. O Sr.  
103 Trombetta respondeu que as casas de apoio não gostam de realizar as prestações de contas  
104 ao Conselho Fiscal de Saúde, onde nunca foram apresentadas. Sugeriu que é necessário  
105 discutir a Vigilância Sanitária, pois esta não fiscaliza as casas de apoio. Falou que a COVISA  
106 não fiscaliza lugar nenhum. Alegou que serve apenas para matar as capivaras, pois as casas  
107 de apoio estão em situações precárias. A Sra. Eloísa explicou ao Sr. Trombetta que a  
108 discussão sobre a COVISA ocorrerá na reunião do dia 28 de março. O Sr. Mariante colocou  
109 sua opinião favorável ao aditamento. Falou sobre as questões importantes, onde o  
110 município deveria ser capacitado, através da gestão, para executar essas tarefas, o que não  
111 ocorre. Defendeu que, enquanto não tiver uma estratégia para isso, continuará ocorrendo a  
112 precariedade do atendimento. Apontou que a precariedade pode ocorrer em uma atividade  
113 delegada ou gerida diretamente, como trazida pela Sra. Juliana. Falou que, da forma como  
114 deveria ser, melhor que fosse uma gestão do município. Ressaltou que existem nessa  
115 discussão, questões que não podem ser desconsideradas, pois as pessoas que precisam do  
116 acolhimento destas casas, precisam muito mais do que conhecimentos técnicos na saúde,  
117 mas uma capacidade humana de dialogar com o sofrimento e discriminação que estes  
118 usuários vem sofrendo. Falou que isso não se constrói da noite para o dia. Falou que  
119 conhece muitas pessoas que trabalham nas casas de apoio, que são militantes pelos direitos  
120 humanos, sendo isso fundamental. Diz que espera que essa experiência seja incorporada à



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



121 gestão pública da saúde. Lembrou que o PMDST/AIDS é uma conquista de muitos militantes,  
122 que conseguiram na luta. Apontou que a forma de gestão deve ser permanentemente  
123 discutida e solicitou a aprovação do aditamento. O Sr. Mamede realizou a leitura do parecer  
124 favorável exarado pelo Conselho Fiscal de Saúde sobre a aprovação dos aditamentos dos  
125 convênios. A Dra. Cláudia Barros respondeu que o PMDST/AIDS trabalha em defesa da vida,  
126 sem preconceitos e sem discriminação. Falou que existem muitos questionamentos sobre  
127 essas pessoas não estarem em abrigos da assistência. Justificou que, historicamente, foi  
128 renegado o direito à essas pessoas de estarem nestes abrigos. Falou que as casas de apoio  
129 para AIDS existem devido ao preconceito que existiu, impedindo que estes usuários fiquem  
130 em outras moradias. Apontou que nunca negou que existam problemas. Lembrou que  
131 existem muitas instituições da sociedade civil capacitadas em atuar em diversas áreas, onde  
132 o público não consegue atuar. Discordou do Sr. Trombetta, em relação à atuação da COVISA,  
133 onde tem tido um papel fundamental em auxiliar o PMDST/AIDS e DGDO, compondo a  
134 comissão de acompanhamento dos convênios, o que também se trata de um avanço, pois  
135 não existiam. Explicou que existem todos os relatórios de visitas, inclusive com o parecer da  
136 COVISA, que estiveram em todas as visitas. Solicitou que os conselheiros municipais  
137 preencham as comissões de acompanhamento das casas de apoio. Solicitou que os  
138 conselheiros visitem as casas de apoio para auxiliar a gestão em melhorar a qualidade.  
139 Explicou que solicitou a presença de conselheiros usuários nas comissões de  
140 acompanhamento das casas de apoio, pois os usuários ali presentes não são representados  
141 por nenhum segmento de usuários. Respondeu ao Sr. Xavier que os pacientes acamados que  
142 verificou em sua visita não foram encaminhados pelo PMDST/AIDS, pois tem casas com  
143 projetos paralelos que abrigam moradores de rua. Explicou que as casas tem autonomia  
144 para trabalhar em outros projetos. Explicou que existe a intenção da abertura de um edital  
145 para contratação de casas de apoio do tipo II, onde, atualmente, quando o município  
146 necessita deste tipo de vaga, deve disputar com outros municípios, as vagas das casas  
147 regionais. A Sra. Ivanilde explicou que fora realizado um cronograma com o Conselho Fiscal  
148 de Saúde e com a Comissão Executiva, dados os volumes de convênios e que a SMS tem  
149 seguido rigorosamente. Falou que as prestações de contas das três casas de apoio são feitas  
150 mensalmente ao Núcleo de Prestação de Contas e que serão apresentadas ao Conselho  
151 Fiscal de Saúde e ao CMS no momento da renovação destes convênios. O Sr. Mariante  
152 explicou que, como se trata de três convênios distintos, deverá ocorrer três processos de  
153 votação. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA o aditamento ao**  
154 **convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Grupo Amizade**, com 03 (três)  
155 abstenções (Sr. Trombetta, Sra. Wilma e Sra. Maria Helena). Em regime de votação, o  
156 Conselho Municipal de Saúde **APROVA o aditamento ao convênio entre a Secretaria**  
157 **Municipal de Saúde e o Grupo Vida**, com 02 (duas) abstenções (Sr. Trombetta e Sra. Wilma).  
158 Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA o aditamento ao convênio**  
159 **entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Grupo Morada Amor e Luz**, com 02 (duas)  
160 abstenções (Sr. Trombetta e Sra. Wilma). **IV. Apresentação, discussão e deliberação sobre a**



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



161 **prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 4º trimestre de 2011 e**  
162 **acumulado de janeiro à dezembro:** o Sr. Walter, diretor do Fundo Municipal de Saúde,  
163 explicou as fontes de recursos da Prefeitura, sendo a receita de impostos municipais e  
164 transferências constitucionais legais, do período de janeiro a dezembro de 2011 (4º  
165 trimestre), no valor de R\$ 2.026.564.014,48 (dois bilhões, vinte e seis milhões, quinhentos e  
166 sessenta e quatro mil e quatorze reais e quarenta e oito centavos). Explicou que a  
167 transferência de recursos do SUS, no ano de 2011, fora no valor de R\$ 233.565.094,29  
168 (duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e noventa e quatro reais  
169 e vinte e nove centavos). Demonstrou que a despesa total com Saúde, no período de janeiro  
170 a dezembro de 2011, foi no valor de R\$ 684.997.968,96 (seiscentos e oitenta e quatro  
171 milhões, novecentos e noventa e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e noventa e  
172 seis centavos) e a despesa com a Administração Indireta – Hospital Municipal Dr. Mário  
173 Gatti, no valor R\$ 28.291.443,76 (vinte e oito milhões, duzentos e noventa e um mil,  
174 quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos) no mesmo período. Ressaltou  
175 que as prestações de contas da Secretaria Municipal de Saúde deverão ser quadrimestrais, e  
176 não mais trimestrais, como vem ocorrendo, devido à Lei Complementar nº 141, de 2012.  
177 Explicou que a Emenda 29 determina que 15% (quinze por cento) da receita municipal deve  
178 ser gasto com a Pasta da Saúde. O Sr. Luís realizou a leitura do parecer do Conselho Fiscal de  
179 Saúde, onde o mesmo aprova a prestação de contas da SMS, **com as seguintes ressalvas:**  
180 **convênio com a Associação Maria Porta do Céu** - devido ao fato da entidade ter recebido as  
181 verbas do convênio e não ter executado os serviços previstos no plano de trabalho, além do  
182 fato do Conselho Fiscal de Saúde ter rejeitado a prestações de contas da entidade; **convênio**  
183 **com a SPDM para a gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde** - devido ao fato da  
184 entidade não vir cumprindo, sistematicamente, as metas propostas no convênio. O Conselho  
185 Fiscal de Saúde solicita, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde explique por que não  
186 vem ocorrendo o repasse do aditamento de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil  
187 reais), recurso este que cabe à ampliação dos serviços do hospital; **convênio com o Serviço**  
188 **de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”** - devido à contratação irregular de profissionais e aluguéis  
189 pagos com recursos dos convênios. Esta ressalva fora apontada pela Sra. Wilma Rosendo da  
190 Silva; **convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas** - devido às péssimas  
191 condições de atendimento realizado. Esta ressalva fora apontada pela Sra. Wilma Rosendo  
192 da Silva. Falou que a Associação de Equoterapia de Campinas recebe apoio da COVISA e do  
193 Centro de Zoonoses, prestando atendimento e atenção quando existe algum problema com  
194 os seus cavalos. Abertas as falar, a Sra. Maria Helena questionou o convênio com a  
195 Associação Maria Porta do Céu, no valor mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo  
196 que na prestação de contas vem um total de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).  
197 Falou que este valor é o mesmo que estava em setembro, perguntando se os valores de  
198 outubro, novembro e dezembro não foram computados. O Sr. Severino justificou seu atraso,  
199 devido a uma viagem a São Paulo. Diz que o Conselho Fiscal de Saúde começará a apontar  
200 alguns problemas que existem, ao invés de reprovar as contas como um todo, em



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



201 atendimento às novas normas determinadas pela Lei Complementar. Ressaltou que esse  
202 novo caminho acabará ajudando a SMS a resolver os problemas. Apontou a crise que o  
203 CHOV vem passando e colocou não entender o que vem ocorrendo, pois não conhecia a  
204 dívida apresentada pela SPDM. Falou que a prestação de contas não trás a informação de  
205 restos à pagar à SPDM, o que caracterizaria a não existência de uma dívida. O Sr. Trombetta  
206 falou que a prestação de contas do 4º trimestre envolve Serviço de Saúde “Dr. Cândido  
207 Ferreira”, SPDM e a Associação Maria Porta do Céu, que não fizeram as suas respectivas  
208 prestações de contas ao CMS. Apontou que existem diferenças entre balancetes e  
209 prestações de contas. Falou que está julgando por situações passadas. Lembrou que quando  
210 apontava supostas irregularidades, muitos gestores falavam que estava tudo certo, o que  
211 acabou sendo caracterizado um equívoco e uma mazela dentro das prestações de contas.  
212 Exemplificou que sempre disseram que não havia dívidas junto ao SSCF, o que acabou sendo  
213 provado o contrário. Falou que prestações de contas devem ser feitas com extratos  
214 bancários e notas fiscais, o que nunca ocorreu. Falou que o CHOV nega informações, mesmo  
215 com solicitações jurídicas. Lembrou que os conselheiros têm responsabilidades civis e  
216 criminais, pois respondem como funcionários públicos. Apontou que não aprovará a  
217 prestação de contas. A Sra. Eloísa lembrou que o Sr. Fábio Forte sempre discriminava o valor  
218 recebido por cada área da Vigilância em Saúde, pois cada área tem um aporte financeiro,  
219 sendo essa informação extremamente importante. Concordou com alguns pontos  
220 abordados pelo Sr. Trombetta, onde a COVISA será o próximo ponto de pauta no CMS, para  
221 discutir as dificuldades e o financiamento. Solicitou ao Sr. Walter que continue  
222 discriminando, bem como fazia o Sr. Fábio Forte. Solicitou ainda que o slide 11 fosse  
223 mantido, pois é bem elucidativo aos conselheiros, pois mostra a diferença entre o orçado e o  
224 executado. O Sr. Gerardo comparou os percentuais gastos com a saúde, sendo que acabou  
225 subindo um pouco, porém o ideal seria que chegasse novamente ao patamar de 29%.  
226 Concordou com a Sra. Eloísa, sobre a diferença entre o orçamento empenhado e o pago é  
227 muito grande, onde significa jogar a dívida para frente. Solicitou que este gráfico não seja  
228 retirado da apresentação. Apontou que falar convênio com a UNIFESP é uma fraude, pois o  
229 convênio é com a SPDM. Propôs que o CMS rejeite as prestações de contas, pois o valor  
230 pago à SPDM não fora aprovado pelo CMS. Solicitou que o CMS tenha conhecimento sobre a  
231 Lei Complementar nº 141, de 2012. Justificou sua proposta de rejeição, pois o CMS não  
232 aprovou o valor apontado como pago à SPDM e que esta entidade “deita e rola” sobre a  
233 SMS, onde os gestores fecham leitos e mandam usuários embora, sendo que quem dita as  
234 regras é a própria SPDM, com a conivência da SMS. Falou que a última reunião da comissão  
235 de acompanhamento do CHOV ocorreu há quatro meses. Apontou que os meios de  
236 comunicação vêm sendo bombardeados com informações equivocadas fornecidas pela  
237 SPDM. O Sr. Mariante parabenizou o Conselho Fiscal de Saúde por encaminhar um parecer  
238 com uma posição mais crítica, que é o papel dos conselheiros municipais, participantes do  
239 controle social. Falou que este parecer fortalece o papel do Conselho Fiscal de Saúde.  
240 Apontou que, se não fosse uma questão política que ainda não está resolvida, votaria com o



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



241 CFS, que dessa vez trouxe algo muito mais resistente. Ratificou as ressalvas elencadas pela  
242 conselheira Wilma, que deram grandeza ao parecer do CFS, mostrando o papel do  
243 conselheiro. Concordou com o Sr. Gerardo, sobre a rejeição da prestação de contas.  
244 Lembrou que o CMS aprovou, após um longo processo, o aditamento para o CHOV, sendo  
245 pontual, não resolvendo a questão do CHOV, que continua em aberto. Falou que existe um  
246 processo de municipalização onde muitos estão apostando suas fichas e investindo tempo  
247 para que o processo avance. Falou que a prestação de contas trás a discussão do ano de  
248 2011, onde existe o problema do CHOV, o que justifica a sua proposta de rejeição. O Sr. José  
249 João questionou sobre as verbas referentes ao Projeto Teia, convênio celebrado há três  
250 anos, com o Centro de Saúde do Jardim Florence. Lembrou que este recurso começou a ser  
251 executado, mas depois parou. Perguntou se essa verba será liberada, pois é muito  
252 importante para a população daquele bairro. O Sr. Luís esclareceu algumas discussões que  
253 ocorreram na reunião do Conselho Fiscal de Saúde. Lembrou que uma prestação de contas é  
254 um ato e um fato contábil, revertendo de informações de onde vieram e onde foram  
255 aplicados os recursos, o que está bem claro. Falou que o CMS deve questionar e exigir as  
256 prestações de contas e os esclarecimentos das entidades que receberam os recursos e não  
257 reprovar a prestação de contas, pois são dois pontos distintos. Afirmou que a rejeição da  
258 prestação de contas pode acarretar prejuízos à Campinas. O Sr. Walter falou que a discussão  
259 com o Conselho Fiscal de Saúde foi bem proveitosa. Respondeu para a Sra. Maria Helena  
260 que o 3º trimestre fecha com o mês de setembro e o 4º trimestre fecha com o mês de  
261 dezembro. Explicou que ocorreu que a entidade não teve repasses financeiros de outubro a  
262 dezembro, sendo repetidos os valores de setembros. Esclareceu que os restos a pagar são  
263 referentes a fornecedores e não prestadores de serviços, sendo que a SPDM deve mostrar  
264 onde está a dívida. Explicou que se as entidades não apresentaram documentos  
265 imprescindíveis as suas prestações de contas, acaba se tornando um problema da entidade  
266 com a PMC, não sendo justificativa para rejeitar essa prestação de contas, que é do Fundo  
267 Municipal de Saúde. Esclareceu que rejeitar essa prestação de contas, de acordo com a Lei  
268 Complementar nº 141, implica na suspensão de repasses estaduais e federais para  
269 Campinas. Perguntou aos conselheiros se a prestação de contas tem erros ou vícios  
270 contábeis. Perguntou se houve uma maquiagem para tornar a prestação de contas palatável  
271 ao CMS, para que seja aprovada. Ressaltou que trouxe as informações corretas, mantendo o  
272 histórico de transparência construído pelo Sr. Fábio Forte. Ressaltou que rejeitar a prestação  
273 de contas, por não concordar que uma determinada entidade tenha recebido um valor é um  
274 erro que ficará muito pior, pois a partir da legislação atual não ocorrerá os repasses  
275 próximos. Esclareceu que nenhum órgão de fiscalização pública verificou algum empecilho  
276 ou problemas nas prestações de contas da SMS. Acatou a sugestão da Sra. Eloísa sobre a  
277 manutenção dos slides solicitados. Respondeu que apontou o convênio com o UNIFESP, pois  
278 os arquivos locais e internos apontavam essa entidade como conveniada. Afirmou que  
279 esquecerá esse termo. Lembrou que a EC 29 determina que o mínimo de aplicação é 15%,  
280 sendo que, historicamente, Campinas vem sempre bem acima desta taxa de investimento na



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



281 saúde. Solicitou que os conselheiros avaliem os pontos positivos também. Diferenciou a  
282 aprovação com ressalvas e a rejeição pura e simples. Discordou sobre a posição de votar  
283 politicamente contra, pois é necessário pensar economicamente. Sobre a verba do Projeto  
284 Teia, explicou que o FMS não recebeu projetos que executassem todo esse recurso, sendo  
285 que este valor não está empacado e sim aplicado. Esclareceu que assim que chegarem os  
286 projetos para a execução desta verba, esta será liberada. O Sr. Mariante perguntou para os  
287 conselheiros, se concordam com a prorrogação de trinta minutos, conforme consta no  
288 Regimento Interno, sendo aprovada por todos os conselheiros presentes. O Sr. Walter  
289 explicou que a ordem de pagamento passa pelo Secretário de Saúde que a assina e a  
290 autoriza e a encaminha ao Fundo Municipal de Saúde para que seja realizado o pagamento.  
291 A Sra. Wilma solicitou votação nominal. O Sr. Gerardo solicitou uma questão de ordem,  
292 alegando que muitos conselheiros não têm conhecimento da Lei Complementar nº 141.  
293 Apontou que a primeira iniciativa deve ser esclarecer as pessoas. O Sr. Mariante sinalizou  
294 que essa discussão não corresponde a uma questão de ordem, sendo que todos foram  
295 esclarecidos e tem subsídios de votar com consciência. O Dr. Fernando Brandão  
296 cumprimentou todos os presentes e explicou que quando assumiu a SMS existia uma receita  
297 já pautada pelo Secretário anterior, Dr. Adilson, de que havia uma auditoria que vinha sendo  
298 realizada através da Secretaria de Controle e Gestão e que a SMS precisaria terminar a  
299 auditoria o mais rápido possível. Explicou que existia um recurso mensal de R\$ 2.600.000,00  
300 (dois milhões e seiscentos mil reais) que começara a vir a partir de novembro, onde hoje  
301 está represado em torno de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no Fundo Municipal  
302 de Saúde e que não eram possíveis de ser aplicados em uma vigência de auditoria sobre esse  
303 convênio. Falou que existe um reclamo da SDPM em torno de uma dívida, sendo apontados  
304 vários valores. Esclareceu que a SMS montou uma comissão para analisar e responder  
305 rapidamente para a auditoria e que teve um apontamento há quinze dias que a auditoria  
306 não encontrou nenhuma irregularidade no aspecto gerencial. Esclareceu que a SMS recebeu  
307 o relatório da auditoria somente na sexta-feira última. Falou que a SMS vem correndo  
308 paralelamente para a construção de um aditamento, que deverá ser analisado pela  
309 Secretaria de Assuntos Jurídicos e deliberado pelo CMS. Afirmou que solicitou à SPDM que  
310 abrisse a dívida apontada, para que a SMS estude esses valores. Falou que é preocupante  
311 para a SMS essa verba parada, sendo que a SPDM está chegando a uma situação  
312 insustentável. Ressaltou que essa verba é destinada a novos serviços. Defendeu que a  
313 discussão política da prestação de contas encontra-se nas ressalvas e solicitou a aprovação  
314 desta. O Sr. Mariante perguntou se a gestão abriria mão da aprovação sem ressalvas,  
315 adotando o parecer proposto pelo Conselho Fiscal de Saúde. A gestão aceitou e abriu mão  
316 da aprovação sem ressalvas. O Sr. Mariante esclareceu, portanto, que existem três  
317 propostas, sendo a aprovação com as ressalvas do Conselho Fiscal de Saúde, a rejeição ou a  
318 abstenção. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a prestação de**  
319 **contas da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 4º trimestre de 2011, acumulado de**  
320 **janeiro à dezembro, com as seguintes ressalvas: convênio com a Associação Maria Porta**





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



321 do Céu - devido ao fato da entidade ter recebido as verbas do convênio e não ter  
322 executado os serviços previstos no plano de trabalho, além do fato do Conselho Fiscal de  
323 Saúde ter rejeitado a prestações de contas da entidade; convênio com a SPDM para a  
324 gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde - devido ao fato da entidade não vir  
325 cumprindo, sistematicamente, as metas propostas no convênio. O Conselho Fiscal de  
326 Saúde solicita, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde explique por que não vem  
327 ocorrendo o repasse do aditamento de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil  
328 reais), recurso este que cabe à ampliação dos serviços do hospital; convênio com o Serviço  
329 de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” - devido à contratação irregular de profissionais e aluguéis  
330 pagos com recursos dos convênios. Esta ressalva fora apontada pela Sra. Wilma Rosendo  
331 da Silva; convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas - devido às péssimas  
332 condições de atendimento realizado. Esta ressalva fora apontada pela Sra. Wilma Rosendo  
333 da Silva, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 06 (seis) votos contrários, votando  
334 **FAVORÁVEL COM AS RESSALVAS** os seguintes conselheiros: Sr. Anésio Corat Junior, Sr.  
335 Antônio Mamede da Silva, Sr. Edison Bueno, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sra.  
336 Ivanilde Aparecida Ribeiro, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. João Xavier, Sr. José João Anício  
337 Lino, Sra. Luciane Del Duque Bispo, Sr. Luís de Paula Góes, Sra. Maria da Paz Pereira da Silva,  
338 Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Matilde Alves Pontes, Sra. Mercedes dos Santos, Sra. Sílvia  
339 Simões Teixeira Nicolau, Sra. Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira, Sra. Wilma Rosendo da  
340 Silva; votando **CONTRÁRIO** os seguintes conselheiros: Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sr.  
341 Gerardo Mendes de Melo, Sr. Manuel Silverio Teodoro, Sra. Maria Cristina Souza de Oliveira,  
342 Sr. Paulo Tavares Mariante, Sra. Rosa da Silva. O Sr. Mariante encerrou a reunião. Nada mais  
343 a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de  
344 Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.